

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 10 DE MARÇO DE 2005

NÚMERO 5.394

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Djalma Berger
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Nilson Gonçalves
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Antônio Aguiar
Afrânio Boppré
Francisco Küster
Mauro Mariani
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Mauro Mariani
Afrânio Boppré
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente
Sérgio Godinho
Antônio Aguiar
Paulo Eccel
Francisco Küster
Antônio Carlos Vieira
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Nilson Gonçalves
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Antônio Aguiar – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Nilson Gonçalves – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel
Ana Paula Lima
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Clésio Salvaro
Simone Schramm
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Nilson Gonçalves
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis – Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1627
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Presidência DP2

Publicações Diversas

Audiência Pública.....3
Ata de Comissão Permanente.....
.....11
Ofício.....11
Projeto de Lei12
Projeto de Lei Complementar
.....12

ATOS DA MESA**ATOS DA PRESIDÊNCIA DP****ATO DA PRESIDÊNCIA N. 006-DP, de 2005**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Narcizo Parisotto, a partir do dia 09 de março de 2005, por um período de 30 dias, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de março de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 007-DP, de 2005

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o ATO DA PRESIDÊNCIA N. 003-DP, de 01 de março de 2005.

Substitui o Deputado Nilson Gonçalves, na Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, pelo Deputado Jorginho Mello; na Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, o Deputado Jorginho Mello pelo Deputado Nilson Gonçalves; e os Deputados Romildo Titon, Rogério Mendonça e Manoel Mota pela Deputada Simone Schramm, nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto, Turismo e Meio Ambiente e Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, respectivamente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Celestino Secco

Deputado João Henrique Blasi

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Jorginho Mello

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputado Paulo Eccel

Deputado Romildo Titon

Deputado Sérgio Godinho

Deputado Vânio dos Santos

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Antônio Carlos Vieira

Deputado Antônio Ceron

Deputado Dionei Valter da Silva

Deputado Francisco Küster

Deputado Gelson Merísio

Deputado Manoel Mota

Deputada Odete de Jesus

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Wilson Vieira - Dentinho

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Antônio Carlos Vieira

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputado Manoel Mota

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputado Sérgio Godinho

Deputado Wilson Vieira - Dentinho

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Afrânio Boppré

Deputado Dionei Walter da Silva

Deputado Francisco Küster

Deputado Gelson Merísio

Deputado Mauro Mariani

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Reno Caramori

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO

À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Cesar Souza

Deputado Francisco de Assis

Deputada Simone Schramm

Deputado Nilson Gonçalves

Deputada Odete de Jesus

Deputado Reno Caramori

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Reno Caramori

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Nelson Goetten

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Rogério Mendonça

Deputado Vânio dos Santos

Deputado Wilson Vieira - Dentinho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Antônio Ceron

Deputado Celestino Secco

Deputado Clésio Salvaro
 Deputada Odete de Jesus
 Deputado Paulo Eccel
 Deputada Simone Schramm
 COMISSÃO DE SAÚDE
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Clésio Salvaro
 Deputado Dionei Walter da Silva
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputada Odete de Jesus
 COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
 Deputado Afrânio Boppré
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Antônio Carlos Vieira
 Deputado Francisco Küster
 Deputado João Henrique Blasi
 Deputado Paulo Eccel
 Deputado Sérgio Godinho
 COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
 Deputado Gelson Merísio
 Deputado Genésio Goulart
 Deputado Joares Ponticelli
 Deputado Jorginho Mello
 Deputado Paulo Eccel
 Deputado Sérgio Godinho
 Deputado Vânio dos Santos
 COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,
 COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
 Deputado Antônio Carlos Vieira
 Deputado Francisco de Assis
 Deputado Gelson Merísio
 Deputado Nilson Gonçalves
 Deputado Narcizo Parisotto
 Deputado Romildo Titon

Deputado Vânio dos Santos
 COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Afrânio Boppré
 Deputado Jorginho Mello
 Deputado Nelson Goetten
 Deputado Reno Caramori
 Deputada Simone Schramm
 Deputado Sérgio Godinho
 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
 Deputado Afrânio Boppré
 Deputado Antônio Aguiar
 Deputado Francisco de Assis
 Deputado Francisco Küster
 Deputado Mauro Mariani
 Deputado Narcizo Parisotto
 Deputado Celestino Secco
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de março de 2005
 Deputado Julio Garcia
 Presidente
 *** X X X ***

ATA DA PRESIDÊNCIA N. 008-DP, de 2005

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 41 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
 CONSTITUI Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada pelos Senhores Deputados Dionei Walter da Silva, Paulo Eccel, Francisco Küster, Antônio Carlos Vieira, Gelson Merísio, João Henrique Blasi e Sérgio Godinho, para, no prazo de sessenta dias, investigar denúncia do Ministério Público Estadual e Federal de graves irregularidades administrativas no Instituto Escola de Teatro Bolshoi no Brasil, com sede no Município de Joinville.
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, Florianópolis, 10 de março de 2005
 Deputado Julio Garcia - Presidente
 *** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE A DENÚNCIA DE EXTORSÃO ENVOLVENDO POLICIAIS DA DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - DIC - JOINVILLE, REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2005, ÀS 11H, NO PLENÁRIO DESTA CASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Nos termos do artigo 162 e seguintes do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos por aberta a audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para tratar das questões relacionadas às crises que atravessa a segurança pública no Município de Joinville.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Marcos Aurélio Marcucci, Delegado de Polícia da Regional de Joinville; o Sr. Zulmar Valverde, Delegado de Polícia da 7ª DP de Joinville; e o Sr. Hilton Vieira, Corregedor da Polícia Civil.

Gostaria de fazer o seguinte encaminhamento aos membros da Comissão: inicialmente cada depoente terá dez minutos para exposição geral e seus pareceres em relação aos fatos que tenham ocorrido e que são do seu conhecimento e, posteriormente, abriremos a palavra aos Srs. Deputados e demais presentes para questionamentos. *(Os Srs. Deputados aquiescem.)*

Passo a palavra ao Sr. Hilton Vieira, por dez minutos.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Bom-dia aos senhores. Estou à disposição para toda e qualquer pergunta que for formulada.

Sobre a matéria de segurança pública, gostaria de dizer que o problema de segurança pública, de um modo geral, é matéria a ser discutida não na esfera da Corregedoria da Polícia Civil, é um problema de segurança pública exatamente, não de Polícia Civil.

Sou um Corregedor de Polícia que foi designado para realizar uma investigação policial que resultou na prisão de sete policiais civis que compunham a extinta Divisão de Investigação Criminal de Joinville. A nossa participação se diz tão-somente à atividade de Polícia Judiciária, a determinação e a manutenção desses policiais na prisão é uma decisão da Justiça de Joinville, contra a qual não temos como nos pronunciar.

Presido hoje um outro inquérito policial que, em razão da matéria, está ainda em discussão e análise. Portanto, não teria como me manifestar a respeito do conteúdo. Eu só poderia fazê-lo ao final da conclusão do inquérito, até porque o procedimento em andamento tem várias peças que estão sobre segredo de Justiça, determinado pela própria Justiça de Joinville, e essa restrição me proíbe de me pronunciar a respeito.

Não teria mais nada a acrescentar. Coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Muito obrigado, Dr. Hilton.

Com a palavra o Dr. Marcos Aurélio Marcucci.

O SR. MARCOS AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia da Regional de Joinville) - Inicialmente quero cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Dentinho; os demais integrantes da Comissão, Deputado Celestino Secco, Deputado Blasi e Deputado Dionei; o meu colega Delegado de Polícia Dr. Zulmar Valverde; o Corregedor da Polícia Civil, Dr. Hilton Vieira; o Presidente da Associação dos Delegados, Dr. Noronha; os demais Delegados de Polícia, o Dr. Mário Martins e as pessoas que estão acompanhando esta audiência pública.

Sou Delegado Regional de Polícia em Joinville há cinco anos. Infelizmente, desde dezembro, tive quatro policiais presos pela Corregedoria da Polícia Civil. Foi um trabalho interno da Polícia Civil, não vejo nada de anormal, é um trabalho regular. Foram feitas inicialmente quatro prisões, depois, no decorrer das investigações, outras três. Atualmente, são sete policiais civis que estão detidos. Culminou, posteriormente, com uma força-tarefa liderada pelo Dr. Ricardo Tomé e agora estamos no aguardo.

Também estou sendo investigado pela Corregedoria da Polícia Civil, o que acho um fato natural, considerando que eu era Delegado de Polícia e acumulava as funções tanto na Delegacia Regional como na extinta Divisão de Investigações Criminais. Já coloquei, através do meu advogado, o ex-Deputado João Rosa, todas as minhas contas bancárias à disposição, patrimônio, que eu não tenho, e contas telefônicas. Não vejo nada de anormal a minha investigação e a investigação de outros policiais civis. Problemas de corrupção, se é que existem (nem foram julgados ainda), acontecem em todos os lugares e em todos os Estados da Federação. Vamos aguardar a decisão da Justiça e o procedimento administrativo, que agora é de natureza interna.

Gostaria de deixar claro, Deputado Dentinho, que não compareci na primeira reunião porque não fui avisado em tempo hábil, muito embora o senhor já havia me telefonado, mas estou dentro de uma instituição que tem uma hierarquia, que preciso respeitar, necessito de autorização. E essa autorização me foi dada ontem através de uma comunicação interna, e hoje me faço presente para responder qualquer pergunta que os nobres Deputados me fizerem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Muito obrigado, Dr. Marcucci.

Com a palavra o Dr. Zulmar Valverde.

O SR. ZULMAR VALVERDE (Delegado de Polícia da 7ª DP de Joinville) - Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, os Deputados Blasi, Celestino Secco, Dionei; o Presidente da Associação dos Delegados, Dr. Maurício; o Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, João Batista, que é meu irmão, bastante orgulho; o Corregedor de Polícia, Dr. Hilton Vieira; o Dr. Mário Martins; e os demais presentes.

Inicialmente devo dizer, de acordo com a convocação, que fui eu quem presidiu o auto de prisão em flagrante de uma investigação procedida pelos dignos Corregedores Dr. Hilton e Dr. Mário Martins. No dia eu estava de plantão e como autoridade me vi na obrigação de fazer. Fiz. Atuamos dois policiais por corrupção com todas as provas carregadas aos autos, e muito bem fortalecidas. Achei por bem e legalmente representar pela prisão preventiva de mais dois policiais que não foram presos no dia, o que foi concedido pela Justiça Criminal de Joinville. Os autos foram encaminhados ao Fórum com diversos procedimentos de complementação, e daí, Sr. Presidente da Comissão, terminou o meu procedimento, porque as investigações continuaram com a Corregedoria da Polícia Civil.

Coloco-me, também, Sr. Presidente, à disposição para alguma pergunta se for necessário, dentro das minhas condições irei respondê-las com a maior tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, Dr. Zulmar.

Passo a palavra aos Srs. Deputados para pronunciamento inicial e para os questionamentos que queiram fazer aos depoentes.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, reservo-me para manifestação posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Deputado Celestino Secco.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Da mesma forma, Sr. Presidente, aqui estou para poder absorver um pouco mais de informações a respeito daquilo que, pessoalmente, tenho lido apenas pela imprensa. Tenho presente que a convocação desta audiência pública é para que avancemos no sentido de colher mais informações. Por isso, ao invés de manifestação, prefiro a oitiva de todos os que tenham alguma inferência capaz de nos alimentar com novas e necessárias informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Deputados, Delegado Regional Marcucci, Corregedor Hilton, Delegado Zulmar, senhoras e senhores.

Eu também vou aguardar o desenrolar da audiência, Sr. Presidente, mas tenho de antemão duas perguntas, uma delas para os três integrantes da mesa, sobre a estrutura da Polícia Civil da cidade de Joinville, se é a contento ou há necessidade de estrutura tanto de policiais quanto de viaturas, combustível etc., e ao Delegado Zulmar, se procede a informação de que está afastado dos trabalhos e o motivo desse afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Estão abertos os questionamentos.

Passo a palavra ao Delegado Zulmar.

O SR. ZULMAR VALVERDE (Delegado de Polícia da 7ª DP de Joinville) - Deputado Dionei, estou afastado mediante uma portaria dada por determinação da chefia da Polícia Civil, Dr. Ricardo Tomé. Eu assinei no dia 15 o meu afastamento por ter na minha Delegacia, em Joinville, inquéritos atrasados. E não é mentira, existem realmente inquéritos atrasados. Agora, é preciso que as pessoas saibam, dentro do Estado de Santa Catarina, o porquê desse atraso, quais as condições para se tocar uma Delegacia igual a 7ª, no centro de Joinville, uma cidade com quase 500 mil habitantes. Fecharam a 2ª Delegacia na Zona Sul e jogaram toda a carga de trabalho sob a responsabilidade da 7ª Delegacia sem acrescentar um policial a mais.

Nós temos relatórios anuais reclamando da carência de pessoal, que os inquéritos estavam se acumulando. Passamos um ano só com uma escrivã e meio ano sem escrivã, porque ela tem problema de LER e não tem condições de trabalhar. Mesmo assim, no ano de 2003, por exemplo, encaminhamos ao Fórum mais de 700 procedimentos.

Eu só queria deixar registrado, Deputado Dionei, que a Secretaria sempre recebeu, mensalmente, um mapa no qual vêm registrados todos os procedimentos feitos por todas as Delegacias do Estado, constando todo e qualquer crime, todo o procedimento feito, encaminhado e em andamento. Até o dia 5 de cada mês temos o dever

de encaminhar esse mapa. Há diversos ofícios relatando essa situação, diversos pedidos.

A nossa cidade, Joinville, continua sendo, Srs. Deputados, como costumamos ouvir na Câmara de Vereadores, a quinta roda da carroça. Então, temos uma carência muito grande de policiais. A nossa delegacia tem hoje um policial por plantão.

Sr. Presidente, as questões estão respondidas.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de perguntar ao Delegado se ele tem cópia desses ofícios e se pode deixar conosco.

O SR. ZULMAR VALVERDE (Delegado de Polícia da 7ª DP de Joinville) - Tenho cópia, Deputado, que passarei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Dr. Hilton, o senhor poderia responder os questionamentos feitos pelo Deputado Dionei?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Sr. Presidente, eu não seria a pessoa mais indicada para falar da estrutura da Polícia Civil, haja vista que a minha atividade é de Corregedor. Agora, com certeza, não posso deixar de conhecer a situação precária em termos de funcionários na Polícia Civil.

Joinville não seria exceção, se formos fazer um levantamento, haveremos de encontrar em qualquer município um déficit muito grande de pessoal. Com relação especificamente a Joinville, na verdade, o número de policiais haveria de ser bem maior, em função de que a própria cidade é de grande vulto, tem uma população enorme, quer dizer, a maior cidade do Estado em termos de população. Mas para se ter uma idéia, não fossem as nomeações dos policiais recentemente, estaríamos com um número inferior de policiais em toda a estrutura da Polícia Civil, em nível de 20 anos atrás.

Isso por si só, creio, responde o questionamento que me foi formulado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Dr. Marcucci.

O SR. MARCOS AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia da Regional de Joinville) - Com relação à estrutura, Deputado, hoje Joinville conta com 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Delegacias, Delegacia de Trânsito, Delegacia da Mulher e o extinto prédio da Divisão de Investigação Criminal. São todos prédios próprios, não são alugados.

Desde que o Governador Luiz Henrique assumiu, problema de viaturas na região de Joinville não existe mais. Na época, o Secretário da Segurança era o Dr. Blasi e foram encaminhados para Joinville quase 50 viaturas. Então, desde 2002 não existe mais esse problema.

Foi aqui falado que foram fechadas a 2ª e a 4ª Delegacias, mas quero deixar bem claro que quem fechou foi o Governo anterior, não foi o Governo atual. Foi em 2001, se não me engano, e as Delegacias continuam fechadas desde aquela época. Então, não foi no Governo Luiz Henrique.

Antes da eleição do Governador, o primeiro reclamo da comunidade de Joinville era a violência. Só para se ter uma idéia, em 2003 fechamos o ano, que foi o primeiro ano do Governo Luiz Henrique, com 38 homicídios. Em 2004 foram 60, aí as pessoas podem achar que houve um acréscimo muito grande, só que vivemos numa cidade de quase 500 mil habitantes, com um poderio econômico muito grande. É só comparar Joinville com outras cidades até mesmo do Estado para ver que o número de homicídios e alguns outros crimes como seqüestro e roubo a banco não acontecem só em Joinville.

Então, no meu ponto de vista, o problema hoje de violência em Joinville não é a primeira reclamação, isso temos em dados estatísticos, fica em terceiro ou quarto lugar. Em nível geral, a Grande Florianópolis está em primeiro lugar, o Vale do Itajaí em segundo e a região Norte em terceiro. Isso é decorrência de um trabalho de segurança pública tanto da Polícia Civil, dos Delegados de Polícia, dos investigadores, escrivães e escreventes, como da Polícia Militar. Agora, evidentemente que material humano falta tanto em Joinville como em Florianópolis, em São Paulo e no Rio de Janeiro, é um problema nacional. O problema de violência é nacional, e transcende o problema de Polícia Civil, de Polícia Militar. Os fatores são vários, não adianta ficar aqui enumerando.

Então, com relação à estrutura, realmente, não é o problema essencial. O problema essencial hoje são pessoas, só que desde que o Governador assumiu, foram quase 400 nomeações na Polícia Civil. Foram mais nomeações do que no Governo anterior.

Temos também o problema da questão da Responsabilidade Fiscal e das ações e mandados de segurança que foram impetrados do último concurso. Então, à medida que as ações iniciais estão sendo julgadas, policiais estão sendo nomeados, e isso está acontecendo não só em Joinville como em todo o Estado.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Essas 400 nomeações foram em Joinville?

O SR. MARCOS AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia da Regional de Joinville) - Não, no Estado.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Na sua Delegacia teve nomeações, Zulmar? Uma escrivã?

O SR. ZULMAR VALVERDE (Delegado de Polícia da 7ª DP de Joinville) - Teve na 7ª DP, na Delegacia Regional, e no 1ª DP, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Só gostaria de pedir aos deponentes que não se atenham a fazer a defesa ou a acusação do Governador, e sim ao assunto em pauta, que é a questão da corrupção e extorsão em Joinville.

Deputado Dionei, estão contempladas as suas questões?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Por enquanto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Sr. João Batista da Silva, Presidente do Sintrasp.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública de SC) - Eu me congratulo com todos, em especial, cumprimento o Deputado Dentinho e agradeço pelo convite para participar deste ato, que reputo como um ato que o Legislativo catarinense comete de enorme responsabilidade e de uma demonstração clara de que o Parlamento precisa ter atuação em questões afetas àquilo que são os órgãos do Executivo Estadual.

Gostaria de dizer que tive a oportunidade, no momento anterior, quando da convocação para a semana passada, embora tenha sido suspensa pelo não-comparecimento dos membros convocados... Só queria dizer que é preciso que se faça, e eu faço em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública - e representamos do nosso contingente cerca de três mil policiais civis em todo o Estado, dois mil e duzentos policiais filiados... Há necessidade de se fazer um grande discernimento das questões postas e ao eixo, ao foco da questão que suscitou a ação desta Comissão de Segurança Pública, as questões afetas à corrupção no exercício de polícia e as questões afetas às dirimentes administrativas.

O Delegado Zulmar Valverde já mencionou e vou reiterar que somos irmãos. É também para mim, Zulmar, motivo de grande orgulho tê-lo como irmão... Para que não se suscite aqui nenhuma suspensão acerca daquilo que se vai dizer.

Discernir o que é a corrupção, o mal que ela representa para a instituição policial num país que galga um processo de consolidação democrática, num mundo que prima por segurança... porque insegurança é fator preponderante no mundo hoje. Não é possível que se conceba e se admita a corrupção no seio da Polícia Civil, e vou falar dela porque é nela que trabalho, é ela que represento. Não é possível por quê? Por que se soma a todos os malefícios da segurança posta um que é inconcebível, inadmissível.

Nessa medida, Sr. Presidente e Srs. Deputados desta Comissão, quero deixar aqui primeiro a informação de que como Sindicato tomamos a iniciativa de, via pedido administrativo num primeiro plano, solicitar que se possa assegurar o acompanhamento para a mais ampla e irrestrita lisura da apuração necessária de todos os feitos relativos às questões atinentes hoje a Joinville, tanto na alçada da apuração dos inquéritos que cuidam do ato de corrupção supostamente aí truncado e também nas questões administrativas.

No ato das questões administrativas, vou deixar aqui uma pergunta que gostaria que fosse de algum modo respondida, muito embora sinta a ausência do Delegado-Chefe da Polícia Civil, que deveria estar respondendo de grande modo pela instituição, para dizer que se há o entendimento de forma tranqüila e clara de que tem problemas de efetivo, que tem problema no âmbito dos recursos materiais e das condições dadas de trabalho, que isso gera e permite que se acarrete quantitativos os mais diversos de procedimentos e feitos de inquéritos e de todos os procedimentos policiais em acúmulo não só em Joinville mas em todo o Estado de Santa Catarina, porque não creio... E estou procedendo um levantamento via Sindicato exatamente disso. Não creio que haja nas nossas Delegacias do Estado uma sequer que esteja amplamente em dia com seus feitos, até pela peculiaridade da função de polícia judiciária e investigativa e de tudo o que acarreta a consolidação de um ato dessa natureza.

A minha pergunta é a seguinte: por que um ato do Delegado-Chefe da Polícia Civil, tendo esse entendimento e essa compreensão, com que pretensão então afastar o Delegado Zulmar Valverde e o Delegado Dirceu Silveira Junior da 7ª Delegacia de Polícia de Joinville, considerando o espectro do que é a Polícia Civil de Joinville, a carência de efetivo, de pessoal e de material, e a carência de instituição representativa da Polícia Civil naquela cidade que é a maior cidade de Santa Catarina? Por que não atuar de forma mais veemente, mais translúcida e clara, inclusive para a população, no sentido de deixar bastante claro todos os procedimentos adotados na apuração tanto das questões de direito e de justiça vinculadas a esse procedimento de apuração na área da corrupção quanto nas questões administrativas? Qual é a intenção de reduzir ainda mais um já precário efetivo de profissionais de polícia na maior cidade do Estado de Santa Catarina?

Então, concluo aqui, Deputado Dentinho, da nossa parte, enquanto Sindicato, deixando de forma clara ao Dr. Hilton Vieira, que representa a Corregedoria da Polícia Civil, que vamos buscar esse acompanhamento, e se não tivermos a possibilidade de fazê-lo na solicitação meramente administrativa, buscaremos via acompanhamento da Ordem dos Advogados do Brasil e do próprio Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, João Batista.

Passo a palavra ao Dr. João Rosa, ex-Deputado e procurador do Dr. Marco Aurélio Marcucci.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado e advogado/procurador do Sr. Marcos Aurélio Marcucci) - Sr. Presidente, Deputado Dentinho, é com muita honra que retorno a esta Casa e revejo amigos, companheiros, funcionários, membros da imprensa, colegas delegados, policiais. Saúdo V.Exa. com muito carinho pelo cargo e pela sua posição neste momento.

Quero saudar os Deputados Blasi, Celestino e Dionei, o Delegado Marco Aurélio Marcucci, o Delegado-Corregedor Hilton Vieira, o Delegado Zulmar Valverde e os demais presentes.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para deixar registrado um testemunho não como advogado, não como Deputado nem Vereador, mas como Delegado de Polícia por 20 anos atuando na cidade de Joinville, onde tive a oportunidade de conhecê-lo como um grande lutador das causas públicas e sociais, defendendo as pessoas que mais necessitavam de apoio naquela oportunidade e que ainda continuam dependendo.

Eu quero registrar, como disse, o testemunho de que desde 1980, Deputado Celestino, quando cheguei em Joinville, assumi a Delegacia de Acidentes de Trânsito e depois fui removido, um ano após, para o 2º Distrito Policial, que era o Distrito que cuidava de toda a Zona Sul de Joinville - quem conhece Joinville sabe a que me refiro. Na Zona Sul nós tínhamos naquela oportunidade três delegacias: a Delegacia da Zona Norte, 3º Distrito Policial; a Delegacia da Zona Sul, 2º Distrito Policial, que eu passei a ser titular e fiquei lá por sete anos da minha vida; e a 1ª Delegacia, que cuidava do centro da cidade.

E a situação não era diferente, Deputado Blasi. O mesmo clamor, as mesmas reclamações. As mesmas deficiências de pessoal e de condições de trabalho já eram registradas naquela oportunidade. O hoje Vereador e Delegado Zulmar Valverde teve a honra de por seis anos dirigir a Delegacia Regional de Joinville.

Eu lembro muito bem, Delegado Zulmar. Eu acompanhava as suas reclamações, até aplaudia e concordava.

O Delegado reclamava que Joinville não tinha condições de trabalho. O Delegado Zulmar sentiu na pele essa dificuldade. Foi Delegado Regional no Governo Pedro Ivo/Maldaner e não tinha vinculação partidária e foi Delegado Regional no Governo Kleinübing.

Estou citando essas questões dos Governos para mostrar que não é uma questão localizada na questão temporal; não é de hoje que se reclama e se clama por segurança pública em Joinville. Assim como ocorre em Tubarão, Deputado Dentinho, assim como ocorre em Lages, em Chapecó, em Jaraguá do Sul, Deputado Dionei. A situação é essa, e quem é o culpado? A questão não é buscar o culpado, porque se formos ver a situação da segurança no mundo, vamos ver que segurança, essa sim, é a quinta roda da carroça. Os governos, de uma forma geral, dão prioridade à saúde, à educação, a obras, saneamento. Isso dá visibilidade administrativa! Segurança não dá voto! E talvez aí todos nós tenhamos errado como profissional, como cidadão e como político. Não priorizamos segurança pública ao longo do nosso envolvimento político. E me coloco entre as pessoas que devem assumir essa responsabilidade, assim como o Vereador Valverde, o Delegado Hilton, o Delegado Marcucci e todos os outros Delegados. Sem buscar culpados. Estou falando em questão conjuntural.

Uma andorinha só não faz verão, duas andorinhas não fazem verão, cem andorinhas não fazem verão. Isso é questão cultural. Ou nós assumimos a cultura de que segurança pública é tão importante quanto saúde, educação e obras ou vamos continuar na mesma ladainha. Há 10, 15 ou 20 anos eu estaria aqui dando o mesmo discurso que estou proferindo agora e daqui a 10 anos ou 20 anos, se Deus me der vida e saúde, quem sabe, Deputado-Presidente, não estarei aqui repetindo as minhas palavras de hoje!

Então, a questão do enfoque registrado pelo Presidente do Sindicato, de que a questão da corrupção é primordial, eu concordo plenamente. É necessário se extirpar da instituição ou das instituições que representam a Segurança Pública do Estado os maus policiais, mas, ao que me parece, isso está ocorrendo, está aqui o Corregedor-Geral que está trabalhando em Joinville, ao que me parece incansavelmente ao longo de 60 dias, se eu não erre nas contas é mais ou menos isso.

As ações estão acontecendo, como aconteceu em Florianópolis, Deputado Blasi (refiro-me a V.Exa. porque esse é o seu reduto eleitoral), na questão dos "apóstolos", que eram policiais corruptos e foram presos; na questão dos policiais que seqüestraram Casinho, cujos restos mortais apareceram na Lagoa de Imaruí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Dr. João Rosa, eu vou pedir licença ao senhor para ser substituído temporariamente pelo Deputado João Henrique Blasi na presidência.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado e advogado/procurador do Sr. Marcos Aurélio Marcucci) - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Terei de me retirar.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado e advogado/procurador do Sr. Marcos Aurélio Marcucci) - Permite-me só um aparte, Deputado.

Eu queria, antes de mais nada, Deputado Dentinho, cumprimentá-lo pela iniciativa. No período em que estive aqui como Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Eu volto, é só uma substituição temporária.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado e advogado/procurador do Sr. Marcos Aurélio Marcucci) - Mas talvez quando V.Exa. voltar eu já não esteja mais no microfone, e eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa, dizer que da nossa parte, tanto da minha quanto da parte do Delegado Marcucci, a quem represento como advogado, estaremos sempre à disposição desta Casa para esclarecer qualquer dúvida com relação ao evento hoje discutido.

(O Sr. Deputado João Henrique Blasi assume a presidência.)

Deputado Blasi, é uma honra neste momento dirigir a palavra a V.Exa. como Presidente desta audiência pública e continuar raciocinando no sentido de que é uma necessidade cultural. V.Exa. que já ocupou o mais alto posto do comando da Segurança Pública no Estado sabe o quanto é difícil se fazer o ideal em segurança pública no Estado de Santa Catarina ou em qualquer Estado do Brasil. Se nós ligarmos a televisão hoje vamos escutar reclamação em qualquer parte do Brasil. Tirando alguns raros países do Primeiro Mundo, principalmente da Europa e algumas raras cidades dos Estados Unidos, o resto clama por segurança pública.

Mas voltando à questão da corrupção, acho correta a manifestação do Presidente. Nós queremos isso também, e é por isso que na obrigação de orientador, de parceiro, de discutir as questões que envolvem o nome do Delegado Marcucci como Delegado-Chefe dos policiais hoje processados, eu sempre defendi a sua vinda aqui nesta Casa para esclarecer todas as questões que compete a ele esclarecer. Por isso estamos aqui para cumprir esse mister, dizer que somos contra a corrupção, tanto é que o Delegado Marcucci, como já disse, abriu a sua conta telefônica, as suas contas financeiras, o seu sigilo bancário de uma forma geral, e estamos à disposição em qualquer momento, em qualquer nível, em qualquer circunstância para debater essa questão e mostrar que segurança pública realmente é coisa muito séria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E repito: é uma honra dirigir a minha palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Henrique Blasi) - Agradeço as manifestações do advogado e ex-Deputado João Rosa.

As anotações de inscrições para falar foram do Sr. João Batista da Silva, Presidente do Sintrasp e do ex-Deputado e advogado João Rosa.

Pergunto aos presentes se mais alguém deseja fazer uso da palavra antes da manifestação dos Srs. Deputados. *(Pausa)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, quero registrar a presença do Delegado Maurício Noronha, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina, e de outros membros da direção daquela entidade e fazer breves considerações.

Na verdade, ao longo de 14 meses, quando estive à frente da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deparamo-nos cotidianamente com as dificuldades operacionais do setor de Segurança Pública, o que vale dizer Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outras instituições vinculadas àquela Pasta. E longe de todos os demais problemas, o que mais aflige a Segurança Pública em Santa Catarina é a falta de quadros, é a falta de efetivo, uma carência que vem de longa data e é crônica; que nenhum Governo, por mais vontade política que tenha, consegue, com uma varinha de condão, resolver do dia para a noite. Sabemos das dificuldades de um concurso público, das contratações, das nomeações e, sobretudo, que isso onera o erário, principalmente em tempos de Lei de Responsabilidade Fiscal, quando tem que haver um comprometimento que não pode ser superado em termos de despesas com pessoal e arrecadação.

Então eu diria, pela experiência acumulada, que o grande calcanhar-de-aquiles da Segurança Pública em Santa Catarina, e falando em Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Sistema Prisional, radica precisamente na insuficiência de quadros, embora o esforço despendido pelos diversos Governos e pelo Governo atual, em que um sem-número de nomeações foram feitas na Polícia Civil e de inclusões no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar.

A região policial civil de Joinville foi a primeira aquinhoadada com viaturas na atual gestão de Governo, como mencionado há pouco pelo Delegado Marcucci. Tanto é assim que cerca de cem viaturas, as primeiras adquiridas pelo Estado descentralizadamente naquela região, foram postas à disposição da Delegacia Regional, e quero crer que mais de 50 delas ficaram na cidade-pólo de Joinville e as demais nas outras cidades pertencentes à circunscrição daquela Delegacia Regional. Além disso, está pronta para ser inaugurada a Penitenciária

Industrial da Região Norte do Estado, sediada em Joinville, e também estabelecemos naquela oportunidade uma interface muito grande com inúmeros segmentos. E aqui eu quero registrar a participação, a parceria, o denodo com que a classe empresarial, principalmente de Joinville, auxiliou-nos no dia-a-dia da gestão da Segurança Pública naquela cidade.

Com relação à questão específica que aqui está sendo tratada, que é o afastamento de dois Delegados de Polícia que têm lotação na 7ª DP de Joinville, o Delegado Zulmar Valverde da Silva e o Delegado Dirceu Augusto Silveira Júnior, vou expender a minha posição pessoal. Não falo como Líder do Governo, falo aqui o Deputado João Henrique Blasi, ex-Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. A se aplicar a regra que foi empregada aos Delegados Zulmar e Dirceu, quero crer que, no mínimo, uma centena de Delegados de Polícia em Santa Catarina teriam que ser afastados. Por culpa sua, por responsabilidade sua? Não, por deficiência estrutural, que todos nós reconhecemos, a começar pela carência de efetivo policial. E o que preocupa é o fato do afastamento operado agora desses dois Delegados, que nada tem a ver ou nada deveria ter a ver com a situação da prisão de policiais civis havidas tempos atrás. Lamentavelmente isso é algo inerente a qualquer estrutura, não é apanágio exclusivo da Polícia Civil nem da Polícia Militar, é de toda a estrutura, que é feita por homens. A falibilidade humana é que leva a essas situações inaceitáveis mas que ocorrem de corrupção aqui e acolá.

O que é lamentável é que se possa de algum modo conectar esse afastamento de dois Delegados de Polícia a uma situação anterior de prisão de policiais civis em Joinville por corrupção. Uma coisa é uma coisa e outra coisa deve ser havida como outra coisa completamente diferente. E é ruim para Joinville, é ruim para a Segurança Pública, é ruim para a Polícia Civil, é ruim para os policiais civis e é ruim especificamente para os Delegados de Polícia.

Eu imagino que se possa, a partir desta audiência pública, avançar para uma situação em que o Chefe de Polícia reconsidere esse ato de afastamento funcional dos Delegados Dirceu e Zulmar. Com isso estaremos começando a restabelecer a normalidade e centrando esforço naquilo que a meu ver é fundamental. As dificuldades são tamanhas que só com superação, vontade e integração conseguiremos melhorar os destinos da Segurança Pública, aqui especificamente da Polícia Civil, no caso, aqui da cidade de Joinville.

Eu anoto mais uma vez, para que não haja nenhuma dúvida, que a minha manifestação é em caráter absolutamente pessoal, nada tem a ver com a minha condição circunstancial de Líder do Governo na Assembléia. E me coloco à disposição como Deputado para que possamos adversar essa crise, avançar no sentido daquilo que nos interessa: ter o maior número possível de Delegados atuando a contento para mitigar as dificuldades da Segurança Pública, seja em Joinville, seja nas demais cidades e regiões policiais de Santa Catarina.

Dito isso, indago ao Deputado Celestino Secco se no momento tem alguma manifestação a fazer, registrando também nesta oportunidade a presença do Deputado Francisco Küster. *(O Sr. Deputado Celestino Secco declina.)*

Assim sendo, passo a palavra ao Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., inclusive pela posição. Compartilho desse entendimento e proponho até que desta audiência pública possa sair um pedido formal, o qual eu assinaria e V.Exa. também, solicitando ao Delegado-Chefe da Polícia Civil que revertesse essa situação.

Eu quero até argumentar com a documentação aqui trazida pelo Delegado Valverde. Tenho aqui vários ofícios, mas vamos resumir. Em janeiro de 2000, ofícios dizendo da falta de profissionais, de não ter mais equipe para investigação; em 2001, uma confissão, digamos assim, do Delegado, dizendo que mais de 620 procedimentos estavam atrasados por falta de pessoal; em fevereiro de 2002, em 49 dias, 184 boletins de ocorrência falavam de licença médica, da falta de funcionários; em abril de 2002, fim da 2ª DP, aumentando em 50% o trabalho da 7ª DP, e dizendo das férias, de licença, de afastamento, de falta de funcionários; em julho, citando que nos seis primeiros meses de 2002 deram entrada nada menos do que 4.230 boletins de ocorrência, o que dá uma média de 700 BOs por mês, e dizendo também da falta de funcionários; em agosto, mais de 700 inquéritos pendentes, funcionário que se exonerou, licença saúde, ou seja, reforçando a falta de funcionários; em setembro de 2002, mais de 750 procedimentos pendentes, reforçando a falta de estrutura e de funcionários; em dezembro de 2003, 1.050 procedimentos pendentes, falta de funcionários, licença. Ou seja, se é fato passível de uma suspensão, então, nesse sentido, até a superior demorou a tomar atitude, porque isso era confessado, isto é, era um problema apontado e assinado pelos Delegados desde 2000, pelos documentos que tenho aqui, inclusive em alguns momentos em número maior do que o apontado nesta correção realizada em 10 de fevereiro de 2005.

Eu entendo que a falta de estrutura e a falta de pessoal não podem ser motivos para punir os Delegados com afastamento. Nesse sentido, sou parceiro, e quero propor que a Comissão faça uma moção ou algo nesse sentido para que o Delegado-Chefe da Polícia Civil reverta, reveja essa posição.

Sr. Presidente, o Deputado Dentinho deixou aqui algumas perguntas por escrito para serem feitas ao Delegado Regional. Por exemplo, se é verdade que vai ser fechada a 7ª DP de Joinville.

O senhor pode anotar. São várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Henrique Blasi) - V.Exa. poderia fazê-las e depois passar...

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Por escrito? Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Henrique Blasi) - O Delegado Marcucci vai respondendo na ordem.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pode ser.

Eis as perguntas do Deputado Dentinho:

As Delegacias de Polícia Civil de Joinville estão abandonadas? É verdadeira a informação divulgada na imprensa da falta de equipamentos e efetivo em Joinville?

Fecharam a 2ª e a 4ª Delegacias de Polícia. Para onde foram os processos dessas Delegacias?

Há algum projeto para reabrir essas Delegacias fechadas?

O que é ou o que foi essa crise em Joinville? Policiais presos por corrupção. O motivo e qual a Delegacia em que trabalhavam.

Quem fez a denúncia para a Corregedoria dessa atuação, quem determinou, no caso, a investigação ou o que originou a investigação?

Por que o afastamento dos Delegados? (Isso já está na portaria.)

O Delegado Regional recebe os relatórios dos procedimentos feitos nas Delegacias? Em que periodicidade ele os recebe?

Por que a Delegacia de Investigação Criminal não investigou os homicídios de autoria não conhecida em Joinville e se é essa a sua atribuição.

Foram afastados em alguma outra região do Estado Delegados por inquéritos atrasados?

Quantos Delegados estão afastados por acúmulo de processos?

A Delegacia recebia mensalmente mapas estatísticos sobre inquéritos, processos, lesão corporal, crimes etc.?

Depois que a força-tarefa for embora, como ficará a segurança em Joinville?

Esses são os questionamentos do Deputado Dentinho.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Henrique Blasi) - Passo a palavra ao Delegado Marcucci, para responder, dentro desse elenco de questionamentos do Deputado Dentinho, aquelas que lhe são pertinentes, registrando que temos na seqüência a inscrição do Delegado Maurício Noronha, Presidente da Adpesc - Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina.

Com a palavra o Delegado Marcucci.

O SR. MARCO AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia Regional de Joinville) - Eu procurei enumerar as questões. A primeira é com relação ao abandono das Delegacias. Logicamente que em algumas Delegacias existem alguns problemas que estão sendo sanados, como o complexo policial, que passa por uma reforma em função de vazamentos no telhado, e algumas outras unidades policiais. Com relação à 7ª DP, quero deixar claro que é uma medida da Chefia de Polícia, Dr. Ricardo Tomé, a qual, evidentemente, por questão hierárquica, eu também faço parte.

A 7ª DP não vai ser fechada, vai ser criada uma Central de Polícia, que na verdade é um plano de Governo que já foi criado em Florianópolis com sucesso, está sendo criado em Blumenau, em Chapecó e vai ser efetivado em Joinville.

A 7ª DP, pelo nosso projeto, vai abrigar, num futuro bem próximo, a Delegacia da Mulher. Então ela não vai ser fechada, apenas vai ser trocada de Delegacia. E a idéia do Dr. Ricardo Tomé, da Chefia de Polícia, é concentrar a investigação, que é a finalidade principal da Polícia Civil, investigar cada vez mais.

Com relação ao efetivo, já falei que falta efetivo tanto em Joinville como em outros lugares, isso é uma situação que a gente não pode negar.

Com relação aos policiais presos, deixo para o Dr. Hilton Vieira responder.

Quanto ao afastamento ou não de outros Delegados, também não cabe a mim responder. Cabe à Corregedoria.

Com relação ao relatório das Delegacias, passam pela Delegacia Regional e consequentemente eu encaminho para o Chefe de Polícia.

Sobre o DIC, não só os policiais que foram presos, são quatro policiais que foram presos que trabalhavam no DIC; os outros três passaram pelo DIC, como a grande maioria dos policiais civis passou pelo DIC, é a Delegacia em que fiquei praticamente cinco anos.

Então, uma gama intensa, imensa de policiais em Joinville passou por mim, porque é uma rotatividade normal. E hoje, como Chefe de Polícia Regional, também sou chefe de todos os policiais dali. Então é uma coisa natural, não é porque estão presos que passaram por mim. Uma coisa é você ser responsável pelo subordinado e outra coisa é você ser culpado. Quero deixar isso bem claro.

A última pergunta, com relação aos mapas. Mensalmente os Delegados encaminham os mapas, tanto para a Delegacia Regional como também pela Chefia de Polícia.

Essas, acho, foram as perguntas do Deputado Dionei que anotei aqui. Estou à disposição para outras perguntas.

Com relação às duas perguntas da Corregedoria, passo a palavra, se me permite, ao Dr. Hilton Vieira.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Sr. Presidente, com relação ao afastamento de outros policiais em circunstâncias semelhantes a que foram os Delegados referidos, eu desconheço que no Estado... Eu poderia afirmar que realmente no Estado não há outros Delegados afastados por situação semelhante.

Com relação à postura da Chefia de Polícia em afastar os Srs. Delegados, foi uma decisão de chefia contra a qual não tenho como analisar, deverá ser questionado o próprio Chefe de Polícia, porque foi medida deliberada por ele.

Sobre os policiais que foram presos, nós participamos de um trabalho por requisição do Juiz da Comarca que culminou realmente na prisão desses policiais, por entendermos que havia elementos de convencimento suficientes para imputar a eles a prática criminosa. Se são culpados ou não, a Justiça é que irá se pronunciar ao final do processo.

Com relação aos três outros policiais que foram presos oportunamente em função de novo procedimento policial em apartado à 1ª diligência, a bem da verdade há que se dizer que eles, de fato, não estavam trabalhando na DIC quando foram presos, mas com relação aos fatos que lhe foram amputados, eram contemporâneos à presidência do Delegado Marco Aurélio Marcucci.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Complementando, o senhor informou que não tem conhecimento de outros afastados em função de atrasos em inquéritos. Então quero perguntar se existe informação de que há outras Delegacias do Estado com atraso também em inquéritos.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Com certeza. Isso é uma situação corrente, em função até da dificuldade de pessoal.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - A pergunta que foi formulada: o que originou ou quem denunciou os policiais, que depois acabaram sendo presos, pelo processo da Corregedoria?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Pessoalmente eu recebi um telefonema do Juiz da Comarca de Joinville, que hoje preside os procedimentos, informando que a Polícia Federal estaria requisitando diligências em função de uma denúncia de um caixeiro - diga-se aí aquele indivíduo que estoura caixa de banco - e que ele, Juiz, entendia que a competência específica para apuração desse feito, por tratar-se de matéria de natureza estadual, seria da Polícia Civil e não da Polícia Federal. Em razão dessa postura, no mesmo dia eu designei o Delegado Mário Martins para diligência na região e com isso foi dado início ao trabalho investigativo, por manifestação expressa do Juiz da Comarca.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Havendo então outras Delegacias com atraso no inquérito, a Corregedoria pode estar propondo a mesma solução dada a Joinville?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Excelência, a decisão foi formulada pelo Chefe de Polícia. Eu cumpro uma determinação do Chefe de Polícia, que lavrou o documento e me determinou que cumprisse. Eu, como falei, por questão de hierarquia e disciplina, cumpro as determinações, não questiono as decisões do Chefe de Polícia.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Não existe nenhuma determinação do Chefe para outras regiões?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Não. Eu recebi determinação para o caso específico.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Eu quero agradecer ao Deputado João Henrique Blasi por ter me substituído temporariamente na condução dos trabalhos.

Também quero registrar a presença do Deputado Manoel Mota e do Deputado Antônio Carlos Vieira, convidando-os para fazer parte da mesa, se assim desejarem.

Com a palavra o Delegado Maurício Noronha, Presidente da Associação dos Delegados.

O SR. MAURÍCIO DE FREITAS NORONHA (Presidente da Associação dos Delegados de Polícia de SC) - Nesta oportunidade, queremos saudar o Presidente da Comissão, Deputado Dentinho, os Deputados Blasi, Dionei, Celestino e demais Deputados presentes a esta sessão.

Não poderíamos nos furtar deste momento, e após as palavras emitidas nesta oportunidade pelo Deputado Blasi, que dá um demonstrativo do seu conhecimento em termos da situação da segurança pública, queremos agradecer ao eminente Deputado pelas palavras e requeremos a esta Comissão um pedido de retorno dos Delegados de Polícia às suas funções.

Era o que tínhamos a colocar neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Alguém se encontra em condições de responder o pedido feito pelo representante dos Delegados?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Dentinho, enquanto V.Exa. dava uma entrevista à televisão, o Deputado Dionei formalizou uma moção no sentido do que agora também foi expandido pelo Delegado Maurício Noronha: que a Comissão de Segurança Pública envie expediente ao Secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao Delegado-Chefe da Polícia Civil para que seja revisto de imediato o ato de afastamento temporário dos Delegados Zulmar Valverde da Silva e Dirceu Augusto Silveira Junior.

Então esta é uma moção do Deputado Dionei, que V.Exa, no meu entendimento, ao final, deveria submeter à deliberação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Está certo.

Passo então a fazer as perguntas ao Delegado Marcucci, ao Corregedor da Polícia e ao Delegado Zulmar Valverde se se julgar atingido pela pergunta.

Conforme veiculado no jornal A Notícia do dia 12 de fevereiro de 2005, o Dr. Ricardo Lemos Tomé afirma que existem problemas de relacionamento e incompetência de Delegados de Joinville. Quem é o responsável por resolver tais problemas e quais seriam esses problemas?

Farei todas as perguntas e depois passo aos senhores por escrito.

Há 3.200 processos em atraso nas Delegacias de Joinville. Os senhores confirmam esses números? Na avaliação dos senhores, por que ocorreram atrasos nesses processos?

Qual o efetivo da Polícia Civil hoje e quantos seriam necessários para compor a necessidade de Joinville?

Qual a relação entre a enorme quantidade de processos em atraso nas Delegacias de Joinville e as denúncias de envolvimento de policiais nos crimes de extorsão e corrupção? Existe algum indicio de corrupção no setor de licenciamento de veículos em Joinville? Quem fiscaliza os trabalhos realizados pelos Delegados?

Foram afastados dois Delegados em Joinville. Esse afastamento tem a ver com a nota divulgada há algumas semanas por esses dois Delegados e mais seis, em repúdio às declarações do Dr. Ricardo Lemos Tomé, que responsabilizou os Delegados pela crise da Polícia Civil em Joinville? Isso referente ao depoimento do Delegado Ricardo Lemos Tomé em 12 de fevereiro de 2005.

Os Delegados afastados afirmam na imprensa que estão sendo afastados por motivação política. Isso é verdadeiro? Há possibilidade de os outros seis Delegados que assinaram a nota de repúdio também serem afastados?

Qual o prazo que a Secretaria da Segurança Pública determinou para a conclusão dos trabalhos de investigação em Joinville?

Quais as alternativas imediatas para que a população de Joinville não seja afetada pela crise da segurança em Joinville?

Qual a composição da força-tarefa? Qual o efetivo que a compõe? Há necessidade de aumento da força-tarefa em Joinville?

Esses são os principais questionamentos que faço ao Dr. Marcucci e ao Corregedor da Polícia.

O SR. MARCOS AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia da Regional de Joinville) - Com relação à notícia do dia 12 de fevereiro, do Dr. Ricardo Lemos Tomé sobre o relacionamento de incompetência, fica antiético responder por ele, porque foi uma afirmação dele, não cabe a mim resolver.

Quem é responsável por resolver tais problemas, evidentemente que dentro da estrutura hierárquica, eu, como Delegado Regional, o Diretor da Polícia Civil, o Chefe de Polícia, o Secretário da Segurança e assim sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mas o senhor concordava com o depoimento do Dr. Ricardo Tomé?

O SR. MARCOS AURÉLIO MARCUCCI (Delegado de Polícia da Regional de Joinville) - É uma questão, um depoimento pessoal dele.

Eu trabalho em Joinville há cinco anos e questionam muito o meu relacionamento com o Dr. Zulmar. Até mesmo no início da legislatura na Câmara de Vereadores, na primeira vez que fiz uso da palavra deixei bem claro que a gente não tem nenhum tipo de problema.

Essa suspensão que foi imputada ao Dr. Zulmar, muito embora as pessoas não acreditem, não houve participação minha, é uma decisão de Chefia de Polícia, de Corregedoria. Eu sou Delegado Regional e não tenho nada contra o Dr. Zulmar nem contra o Dr. Dirceu nem contra os outros Delegados. Essa afirmação tem que ser perguntada ao Dr. Ricardo Tomé.

O efetivo, evidentemente, tem que ser melhorado, como disse anteriormente, tanto em Joinville como nas cidades de Garuva, Itapoá, Araquari, Barra do Sul e São Francisco, que fazem parte da 2ª Regional.

As outras perguntas aqui são direcionadas mais ao Corregedor, porque envolve natureza disciplinar.

Só tem uma pergunta aqui com relação ao licenciamento de veículos... E quero deixar bem claro, o Dr. Zulmar e o Dr. João Rosa sabem disso, que trabalhamos na Delegacia Regional, o número de policiais é insuficiente. Trabalhamos em qualquer Regional de Polícia do Estado com contratados e conveniados. Em Joinville, por exemplo, são quase duzentos carros vistoriados por dia. É humanamente impossível eu saber tudo o que acontece numa Delegacia Regional. Só quem foi ou é Delegado de Polícia sabe o que é uma Delegacia Regional de Polícia, principalmente em Joinville, onde se emite inúmeros documentos de licenciamento, inúmeras transferências, inúmeras vistorias, e não sou eu que faço isso, são policiais concursados, são pessoas contratadas, conveniadas. É impossível eu ter domínio de tudo o que acontece dentro de uma Delegacia Regional, como também nas demais Delegacias. Eu sou o chefe administrativo, mas imputar a um Delegado Regional todos os problemas de uma Delegacia Regional é levianidade ou existe um outro interesse por trás disso.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Sr. Presidente, com relação ao primeiro questionamento, evidentemente que eu não seria a pessoa apropriada para responder. É um pronunciamento do Chefe de Polícia e como tal cabe a ele ser questionado por esse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mas no trabalho que o senhor vem realizando, o senhor constatou essa situação?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Eu entendo que em todo agrupamento, em toda sociedade, em todo grupo de indivíduos sempre haverá problemas de natureza pessoal, e não fugiria à rotina uma área que tem dezenas de policiais. Agora, pontualmente, algo que eu pudesse destacar, eu não teria condições de apontar esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mas foi constatada incompetência e problemas de relacionamento?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Incompetência em razão do atraso de procedimentos é muito relativo, devemos levar em consideração uma realidade marcante, que é a falta de pessoal. Agora, de outro lado, nós constatamos que em várias unidades policiais o número de procedimentos concluídos era muito inferior ao número desejado. Mas para podermos sedimentar uma conclusão sobre as razões que levaram a esse número reduzido de procedimentos, teria que ser feita uma análise específica de cada situação.

Quando se questiona quem é o responsável para resolver os problemas que o Delegado-Chefe de Polícia elenca, em primeiro plano o Delegado Regional de Polícia é o preposto da administração, e num primeiro embate seria ele a pessoa a ser questionada. Em segundo, a própria Chefia de Polícia e a Secretária da Segurança Pública numa avaliação final, porque os problemas que se vislumbram são problemas de segurança pública, problemas de Polícia Civil e segurança comunitária.

Se há três mil processos em atraso nas Delegacias de Joinville, eu posso afirmar que em um levantamento que realizamos constatamos 3.285 procedimentos em atraso, levando-se em conta, também, que nesses procedimentos estão aqueles que foram deflagrados ainda e que estão na unidade policial. Também abrange não só os inquéritos policiais, abrange todos os procedimentos de Polícia Judiciária, termos circunstanciados, cartas precatórias e toda gama de serviços prestados pela unidade policial.

Se de um lado nós temos esses 3.285 procedimentos que devem ser abordados, atacados e resolvidos, temos também um indicativo que conseguimos levantar na região que para o ano de 2004 foram lavrados 737 autos de prisão em flagrante. Quer dizer, evidentemente que nesses autos de prisão em flagrante não seria somente indivíduo preso. A experiência nos recomenda, nos alerta de que normalmente existe mais de uma pessoa recolhida nesses procedimentos. Então nós elevaríamos substancialmente esse número para termos no ano de 2005, especificamente até o dia 10 de fevereiro, 80 prisões em flagrante deflagradas na Central de Plantão Policial. Isso efetivamente é um número que deve ser considerado como de trabalho executado pelos policiais da região de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Desses 3.200 processos, quantos são de responsabilidade da 7ª Delegacia?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - No levantamento que trouxe aqui, eu não teria condições de informar. Agora, eu posso lhe afirmar, pela avaliação que fizemos, que a 7ª Delegacia de Polícia foi a recordista de procedimentos em atraso. Agora, há também que se levar em conta que ela agregou um acervo de uma DP que foi extinta, e isso deve ser considerado pelo grande número de procedimentos que nós encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com essa delegação, ela recebeu número de efetivo em duplicidade?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Não teria condições de responder. A Chefia de Polícia, a Diretoria de Polícia do Litoral é que poderia informar quantos policiais foram demandados. Sou um Corregedor que pontualmente identifica o problema, a solução se desdobra através de medida de estratégia de atividade administrativa na Chefia de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Então qual é o motivo do afastamento dos dois policiais?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Excelência, não fui eu quem os afastei, e, portanto, o que eu tenho por determinação foi por atraso. Esses questionamentos foram por decisão do Chefe de Polícia e ele deve ser questionado.

Quanto ao efetivo de policiais civis, com certeza nunca foi o (*ininteligível*) desejado não só em Joinville mas em todo e qualquer município que fomos atacar em atividade de correição. O efetivo necessário, teria que ser feito um estudo dentro de toda essa matéria que foi recolhida e uma análise deve ser procedida pela Chefia de Polícia.

Se há relação entre a quantidade de processos em atraso e a corrupção, eu posso afirmar que a corrupção que nós atacamos e que identificamos de momento foi na Divisão de Investigação Criminal. Os atos que foram observados, as ações que foram apuradas, decorriam de policiais em exercício na Divisão de Investigação Criminal. Nesse trabalho de apuração não emergiu qualquer denúncia vinculada à ação de policiais civis em outras unidades policiais. Não que não houvesse, mas não foi essa a nossa abordagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Existe mais algum suspeito envolvido em corrupção? Sem dizer o nome.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Existem outros suspeitos. Estão ainda sendo investigados dentro do inquérito que eu ainda presido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Quantos suspeitos seriam além dos já detidos?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Eu não teria condições de formular nomes nem quantidade porque as informações são vagas ainda. O que é suspeito hoje pode ser inocentado com o curso das investigações. Quer dizer, eu não diria que são suspeitos, são pessoas que foram apontadas como responsáveis por determinados setores e que se diz ter havido o ato de ilicitude, ilegalidade administrativa ou criminal. Então, seria muito vago dizer que temos quatro, cinco, dez ou vinte pessoas apontadas quando essas informações podem na verdade ser infundadas, não representar efetivamente o número real.

Se existe indício de corrupção no setor de licenciamento de veículos, eu poderia dizer que em algumas ações que desenvolvemos e investigamos veículos tidos como duplês ou com origem a ser esclarecida, nós obtivemos do Chefe do Ciretran (e isso não só para nós, mas em vários procedimentos que correm no Estado) que os processos que deveriam estar presentes nos arquivos da Ciretran simplesmente sumiram. Isso nós temos com certidões fornecidas pelo Chefe da Ciretran. Esses casos estão sendo investigados tanto na esfera administrativa como na esfera criminal, e por estarem ainda sob investigação eu gostaria de reservar a informação somente para posterior se fosse citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Qual o número de veículos envolvidos nessa questão?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Esse número também está sendo levantado. Em três casos, pelo menos, relatei à Chefia de Polícia que os processos desapareceram da Ciretran. Hoje ainda existe um em andamento, que eu distribuí para um colega Delegado para verificar, e pediria a reserva do nome do Corregedor como também do fato para não vir de encontro com alguma conclusão efetiva dos trabalhos.

Quem fiscaliza os trabalhos dos Delegados em primeiro plano é o Delegado Regional, que é o preposto da administração policial. Em segundo plano, a Gerência de Orientação e Controle, que é o órgão que foi criado em substituição à Corregedoria-Geral da Polícia Civil, que hoje está sob minha responsabilidade.

Então, em segundo plano, nós temos, em sendo instados pelo Delegado Regional ou pela Chefia de Polícia, a designação de um Delegado da Gerência de Orientação e Controle para análise e averiguação dessas informações.

Com relação ao afastamento dos Delegados de Polícia, se tem correlação com a nota divulgada na semana passada, nota de repúdio, o que eu recebi do Chefe de Polícia é que o afastamento deveria ocorrer em função dos procedimentos em atraso, e somente em relação a isso eu posso me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - O senhor poderia repetir a sua resposta?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - A determinação que recebi do Sr. Chefe de Polícia, por escrito, é que deveria afastar os Srs. Delegados, já nominados, e instaurasse sindicância para apurar a responsabilidade pela demora em razão desse acúmulo de serviço.

Portanto, para mim, o afastamento se deu em função da demora. É esta a informação que tenho, foi esta a determinação que eu recebi do Sr. Chefe de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Mas o senhor não falou que os procedimentos da 2ª Delegacia foram cumulados para a 7ª Delegacia e que não houve aumento de efetivo para dar conta dessa demanda?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Sim, como também falei que recebi a determinação expressa do Chefe de Polícia. Não foi uma deliberação da Gerência Correicional mas, sim, uma determinação do Chefe de Polícia em documento expresso à Gerência de Orientação e Controle. Nada mais fiz do que cumprir uma ordem do Chefe de Polícia que veio expressamente dirigida a mim.

Quanto à composição da força-tarefa em Joinville, também é matéria que não tenho condições de informar, é constituição e deliberação da Chefia de Polícia. A minha atividade é tão-somente correicional, que iniciou antes da divulgação e da constituição dessa eventual força-tarefa e que tem, na minha atividade especificamente, a função de investigação, comportamento administrativo e criminal de policiais civis.

Quanto ao afastamento dos Srs. Delegados terem decorrido de motivação política, como já informei, recebi determinação para o afastamento, e as razões que me foram expressas são as contidas no documento que já aludi.

Em relação à possibilidade de os outros seis Delegados que assinaram a nota de repúdio também serem afastados, não poderia informar, porque se forem haverá uma motivação para tanto, e da parte da Corregedoria ou da Gerência e Orientação, de plano não há essa deliberação nem motivação para isso. Com certeza a nota por si só é uma demonstração de insubordinação e que será a seu tempo contemplada à luz do Estatuto da Polícia Civil.

Quanto ao prazo que a Secretaria da Segurança Pública determinou para a conclusão dos trabalhos de investigação em Joinville, aqui é muito abrangente. Há investigação de natureza criminal, levada a efeito pelo (*ininteligível*), e há investigação de natureza administrativa e criminal especificamente, levada a efeito pela Gerência de Orientação, sob a minha presidência. Eu não teria condições de dizer qual o prazo para a conclusão, em função de que muitas informações estão sendo trazidas à Gerência de Orientação, estão sendo analisadas e que, algumas delas, possivelmente, venham a se desdobrar em procedimentos policiais e criminais.

Se essas informações tiverem suporte suficiente para que sejam deflagrados novos procedimentos, esses procedimentos terão o curso de 30 dias para a sua conclusão, e aí, de acordo com a quantidade de procedimentos, é que haveremos de desenvolver a nossa atividade. De plano, não há uma conclusão, mesmo porque a atividade de correição, independentemente da chamada força-tarefa, não tem tempo específico. Sempre que houver denúncia ou notícia de uma infração administrativa ou criminal, seja em Joinville ou em qualquer unidade do Estado de Santa Catarina, deveremos abordar. Isto posto, não há um tempo hábil para deixarmos de atuar em Joinville ou em qualquer outra Comarca de Santa Catarina, em função da peculiaridade da atividade que executamos.

A oitava pergunta também não me diz respeito. Quais as alternativas imediatas para que a população de Joinville não seja afetada pela crise de segurança pública? A minha atividade correicional vem sendo executada desde o início do Governo, como vinha também por outros Corregedores que nos antecederam. Portanto, fica prejudicada a resposta.

Sobre a composição da força-tarefa, também não teria como me pronunciar, porque é constituída por decisão da Chefia de Polícia.

O que eu poderia dizer com relação à atividade correicional é que serão compostas várias equipes, que irão atacar esses procedimentos que estão pendentes, e a Corregedoria terá da sua parte a designação de um Corregedor para acompanhar o encaminhamento das medidas a serem tomadas, dos procedimentos que estão sendo e serão elaborados para que a sociedade de Joinville não tenha uma demora muito grande da conclusão desses procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - O senhor tem data do possível sumiço da documentação de veículos em Joinville ou em que mês esses veículos teriam sido licenciados?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Num dos procedimentos que presidi, o caso iniciava em 2001 e em 2004 estive lá e esse documento não estava. Mas, a par dessa situação, havia uma alteração de sistema recente que deveria também compor esse conjunto de informações a ser arquivado na Ciretran que também simplesmente havia desaparecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Então a Corregedoria não teria como informar a data em que ocorreu esse problema de (*ininteligível*) setor de licenciamento de veículos?

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Eu posso falar de casos pontuais. Este é um caso. Outros dois casos que estão sendo analisados são do ano de 2004, aparentemente. Qualquer outra informação, eu iria trazer a público informações que poderiam comprometer a investigação a ser realizada ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado.

Passo a palavra por três minutos ao Sr. Geraldo Pereira Lopes.

O SR. GERALDO PEREIRA LOPES (cientista social) - Bom-dia a todos. Eu peço sempre sob a luz e a benção do Grande Arquiteto do universo licença para na pessoa do Deputado João Henrique Blasi cumprimentar os demais Deputados, as demais autoridades presentes nesta sessão pública e parabenizá-lo por tratar de tema tão latente e tão preocupante não só para a sociedade florianopolitana, catarinense e do Brasil, mas do mundo, que é segurança pública.

Sou cientista social formado pela UFSC, um pensador e poeta de alma. Eu tenho dito reiteradas vezes publicamente, e assumo, que não planto só, mas planto, sim, utopias. As utopias de ontem é que têm nos dado alguma e uma certa segurança hoje. A ausência delas, infelizmente, é que tem nos levado se não ao caos ainda mas a uma intranquilidade muito preocupante, e nós precisamos de segurança pública para todos, ampla e irrestrita. Isso é uma utopia, e utopia nada mais é do que o sonho mais legítimo que alguém pode sonhar, cujas ações têm que ser compatíveis com esse sonho. Caso contrário, vira uma utopia como se fosse um sonho louco quando não é. Precisamos de todos engajados nesse sentido.

Disse o nobre Delegado há pouco que não devemos buscar culpados, e falou com muita propriedade e eu rendo a minha homenagem, porque quem busca culpado, culpado acha; quem busca solução, solução acha. Portanto, isso, para mim, é Mobra, sem faltar com respeito a ninguém, senão também estaria faltando comigo. Vamos todos buscar essa solução. Alguém já viu plantarmos feijão e colhermos arroz ou vice-versa? Eu nunca vi! Alguém já viu alguém se matricular, estudar, prestar vestibular para Direito e médico se formar? Eu nunca vi! Portanto, entre n fatores, segurança pública passa por injustiça social. Quem planta injustiça social, colhe, sim, colheu e sempre vai colher insegurança pública.

Eu quero deixar bem claro que a terra aqui - não estou me referindo a Florianópolis tão-somente, mas a Santa Catarina - tem essa nobre missão de também estar na linha de frente. A terra aqui é muito fértil e as sementes são da melhor qualidade. É só parar de pisar sobre elas tendo como base uma base de concreto armado. Podemos pisar sobre elas cuja base seja essa terra forte, firme e fértil, porque elas vingarão, sim, no sentido de brotar, em que pese o ceticismo de alguns.

Não extrapolando o tempo, eu agradeço e deixo para reflexão de todos um poema de minha autoria como poeta que sou, e poesia é a capacidade de síntese, é ir direto na mosca, sim, se eu posso ter essa pretensão sem nenhum floreio. E o título desse poema, que é a capacidade de síntese sem floreio, intitula-se Busco.

Às vezes, senhoras e senhores, eu busco no ar e às vezes eu finco, sim, o pé na terra. Às vezes, senhoras e senhores, com todo respeito, eu mergulho fundo nas águas do rio ou no mar. Para quê? Para tentar explicação encontrar. Como pode tanta gente por migalhas sofrer enquanto outros, alheios a tudo e a todos, de nariz empinado, peito estufado, pensam viver? Por engano. É só esperar para ver. E ninguém neste mundo perde por esperar.

Simplesmente poeta é a minha autodefinição escolhida. Simplesmente poeta é a minha missão, a minha missão a ser cumprida. Simplesmente poeta é alma, é alma assumida. Simplesmente poeta é compreensão, compreendida ou não. Estão nos livros.

Portanto, senhoras e senhores, obrigado por esta oportunidade de usar da palavra. Ainda que os anjos digam amém, dizendo ainda sem ser Deputado, eu deixo aqui, se alguém assim desejar, respeitando o livre-arbítrio de quem quer que seja, está aqui o meu currículo para se dos meus préstimos precisar, nessa condição de instrumento e eterno aprendiz, despido de toda essa roupagem ilusória que a vida nos dá, que não são poucas às vezes que sobe à nossa cabeça. Portanto, as soluções que estão tão próximas parecem tão distantes e o nó que muitas vezes aqui se apresenta teve origem na China.

Então está aqui o meu currículo para quem assim o desejar, com muita humildade, sem nenhuma presença de prepotência, muito menos de exibicionismo, mas, com certeza, de uma tomada de consciência muito forte.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, Geraldo.

Antes de encerrar, gostaria de submeter à aprovação da Comissão a moção proposta pelo Deputado Dionei.

Os Srs. Deputados-membros concordam?

Aprovada por unanimidade.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado, advogado/procurador do Sr. Marco Aurélio Marcucci) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite fazer duas perguntas ao Corregedor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Pois não. Antes, porém, gostaria de registrar a presença do Deputado Joares Ponticelli.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado, advogado/procurador do Sr. Marco Aurélio Marcucci) - Aproveito o gancho e saúdo com alegria o meu querido amigo e irmão Deputado Joares Ponticelli.

A primeira pergunta, Delegado Hilton, é se ao longo da sua função de Corregedor - pelo que sei, o senhor exerce a função de Corregedor há cerca de oito, dez anos, se não me falha a memória - há notícia de desaparecimento de documentos de veículos em outras Ciretrans do Estado.

A segunda pergunta é se o senhor tem anotado quantos inquéritos são remetidos ao Fórum de Joinville pelas Delegacias que contam com um grande número de inquéritos parados.

A grande questão, Sr. Presidente, não é só o número de inquéritos parados em Delegacia, é a produção da Delegacia, quantos inquéritos são remetidos por mês para a apreciação da Justiça, aí que está o x da questão. Não é nem o número que está latente, é o número remetido ao Juiz. Isso representa produção da Delegacia, produção da equipe, produção da autoridade policial.

A terceira pergunta, Dr. Hilton, é a seguinte: se em outros tempos o senhor - e eu constatei isso - estive em Joinville em Governos passados como Corregedor, inclusive no Governo Kleinübing, fazendo o seu trabalho de correição - se naquela oportunidade o senhor também constatou irregularidades na emissão de documentos na Ciretran, inclusive naquela chamada Delegacia de Furtos de Veículos, na qual atuou no caso de forma direta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Com a palavra o Dr. Hilton.

O SR. HILTON VIEIRA (Corregedor da Polícia Civil) - Sr. Presidente, com relação ao primeiro questionamento, pontualmente eu não saberia informar se existe ou existiu desaparecimento de documento em alguma Ciretran.

Ciretran é um órgão ligado ao Detran, é uma das grandes dores de cabeça da Polícia Civil. O problema de ausência de funcionário também se estende a essas Ciretrans. Irregularidade em Ciretrans se tem conhecimento quase que diariamente em todo o Estado. Especificamente alguma situação em que nós tenhamos detectado o desaparecimento de documento de Ciretran, eu não teria condições de informar. Agora, com certeza, esses casos de Joinville eu saberia, porque participei efetivamente da investigação. E, além disso, nós temos vários documentos firmados pelo Chefe da Ciretran atual que dão conta de que, de fato, esses documentos não foram encontrados. E o mais grave: esses documentos dizem respeito a veículos cuja origem é alvo de investigações policiais, alguns até chamados dublês.

Com relação à remessa dos procedimentos para o Fórum, é verdade que na 7ª Delegacia de Polícia, onde o colega Delegado Valverde e o Delegado Dirceu... nós encontramos uma situação bem mais caótica do que nas demais unidades policiais, inclusive com um número reduzidíssimo de procedimentos encaminhados a juízo. As razões que levaram esse número a ser tão reduzido estão sendo apuradas na sindicância que foi determinada por seu Chefe de Polícia, que culminou com o afastamento dos Srs. Delegados. Evidentemente que essas razões haverão de ser conhecidas à medida que a conclusão desses procedimentos sejam levados a termo final.

Com relação ao último questionamento, de fato eu não lembro a data nem lembro o Governo. Eu sou um técnico, não me ateno a relação de Governo mas, sim, a minha atividade, mas lembro que à época o Delegado Valverde era realmente o Delegado Regional e eu fui chamado para uma investigação em uma unidade específica, que era a Delegacia de Furto de Veículos, e lá nós constatamos também situações de irregularidade, envolvendo inclusive Delegados de Polícia, e essa equipe foi dissolvida. É um fato que eu não sei exatamente em que Governo foi, mas se é essa a condução da interpretação, na verdade foi isso. Isso é um fato real. Agora, em momento algum nós atribuímos responsabilidade ao Delegado Valverde na ocasião por atos específicos praticados por Delegados de Polícia que estavam sendo investigados. Como hoje também, especificamente, não é atribuição da Gerência conferir ao Delegado Marco Aurélio Marcucci responsabilidade criminal por atos de seus subordinados. A investigação que se procede hoje na Corregedoria é por uma questão pontual, dirigida especificamente ao Delegado Marco Aurélio Marcucci por um denunciante. Essa, efetivamente, é a investigação policial que diz respeito ao Delegado Marcucci, não pela ação dos seus subordinados, por uma ação dirigida especificamente a ele.

O SR. JOÃO ROSA (ex-Deputado, advogado/procurador do Sr. Marco Aurélio Marcucci) - Obrigado, Presidente.

Obrigado, Dr. Hilton.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Antes de encerrar, gostaria de lamentar a ausência do Secretário da Segurança, bem como do Delegado Ricardo Lemos Tomé, que acabou prejudicando as perguntas feitas pelos Deputados, assim como pelos demais participantes da audiência pública.

No meu entendimento, é lamentável a ausência dos dois, tendo em vista os esclarecimentos que precisavam ser dados aqui aos questionamentos feitos pelos Deputados.

Passo a palavra ao Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convidados, funcionários, a minha manifestação é exatamente nessa direção: o descaso com que o Sr. Secretário da Segurança Pública vem tratando essa questão. Queria exatamente questionar qual foi a justificativa, se tem alguma consistência, se é descaso mesmo ou se é a velha prática que temos observado neste Governo de não discutir os problemas, de agir como avestruz: ocorreu um problema, enfia a cabeça na areia, só que fica o resto do corpo de fora, e infelizmente em Joinville novamente.

Quero manifestar a V.Exa., em nome do povo, dos seus conterrâneos, a minha solidariedade. Joinville, coincidentemente, deste Governo para cá, tem enfrentado uma onda de notícias ruins, e sempre envolvendo o Governo. Neste exato momento, por exemplo, Joinville ocupa preciosos espaços na mídia estadual e nacional envolvendo o Governo com questões não esclarecidas ou que não se faz o mínimo do esforço para esclarecer. É o caso do Bolshoi, é o caso das escolas interditadas, fato, penso, inédito no Estado, e essa questão da polícia, que lamentavelmente o Governo está tratando com desrespeito, com descaso.

Penso, Deputado Dentinho, que a partir da ausência do Secretário da Segurança Pública e do Dr. Tomé, a quem eu gostaria de fazer somente uma pergunta... gostaria que ele me convencesse das razões do afastamento do Dr. Dirceu, que é um profissional que eu conheço, que serviu a esse Governo que foi seu antecessor, e que pairam questionamentos, respostas ficam sem ser oferecidas à população e a este Parlamento. Mas vou aguardar para ver qual a explicação, a justificativa que o Sr. Secretário e o Dr. Tomé forneceram para não comparecerem a esta audiência pública.

Penso que a partir disso, Sr. Presidente, teremos que exigir por parte desses ocupantes de cargos públicos o respeito que esta Casa merece. E se não quiser participar, esclarecer, tentar elucidar as questões numa audiência pública, temos outros remédios, outros instrumentos que esta Casa, inevitavelmente, terá que adotar, face ao desrespeito, ao pouco caso como essa questão vem sendo tratada, falta de atenção, acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wilson Vieira - Dentinho) - Obrigado, Deputado Joares Ponticelli.

Eu quero agradecer ao Delegado Zulmar Valverde, ao Dr. Hilton, ao Dr. Marco Aurélio Marcucci e dos Deputados que fizeram parte desta audiência, em especial ao Deputado João Henrique Blasi.

Obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - DENTINHO
PRESIDENTE
*** X X X ***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE AGRICULTURA:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE TRANSPORTES:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE SAÚDE:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE TRABALHO:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE ECONOMIA:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DO MERCOSUL:

Presidente:

Vice presidente:

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO E DO MERCOSUL.

As quatorze horas do dia dois de março do ano de dois mil e cinco reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Antônio Carlos Vieira, Francisco Assis, Gelson Merisio, Vanio dos Santos, Jorginho Mello, Narciso Parisotto, Romildo Titon.

Configurando o quorum regimental, e sob a presidência do Senhor, Deputado Jorginho Mello deu por instalados os trabalhos, elegendo por unanimidade o Senhor Deputado Antônio Carlos Vieira, sendo empossado imediatamente. O Senhor Presidente eleito, agradeceu a presença dos Senhores Presidente eleito da Comissão colocou em votação o nome do Senhor Deputado Francisco de Assis candidato a Vice Presidente da Comissão. Sendo eleito por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a presente reunião, a qual eu, Lourival Baptistotti, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que após lido e achada caneta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Plenário deste poder em 03/03/2005.

Deputado Antônio Carlos Vieira

Presidente Empossado

Deputado Francisco de Assis

Vice Presidente

Deputado Vanio dos Santos

Membro

Deputado Jorginho Mello

Membro

Deputado Romildo Titon

Membro

Deputado Gelson Merisio

Membro

*** X X X ***

OFÍCIO

PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COORDENADORIA DAS COMISSÕES

Ofício nº 019/05/Coord. Florianópolis, SC, em 10 de março de 2005.

Ao Ilmo. Sr. José A. Braunsperguer

DD. Diretor do Departamento Parlamentar da ALESC.

NESTA

Sr. Diretor

Ao cumprimentar cordialmente V. Sr^a., informo a eleição dos Presidentes e Vices presidentes das comissões permanentes:

Dep. Jorginho Mello.

Dep. Celestino Secco.

Dep. Wilson Vieira - Dentinho

Dep. Gelson Merisio

Dep. Dionei Walter da Silva

Dep. Onofre Santo Agostini

Dep. Reno Caramori

Dep. Dionei Walter da Silva

Dep. Nilson Gonçalves

Dep. Odete de Jesus

Dep. Rogério Mendonça

Dep. Reno Caramori

Dep. Romildo Titon

Dep. Indefinido

Dep. Antônio Aguiar

Dep. Joares Ponticelli

Dep. Afrânio Boppré

Dep. Indefinido

Dep. Gelson Merisio

Dep. Paulo Eccel

Dep. Antônio Carlos Vieira

Dep. Francisco de Assis

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA:

Presidente:

Vice presidente:

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente:

Vice presidente:

Por oportuno, reafirmo votos de elevada estima e distinta consideração.

Jaime Mantelli

Coordenador das Comissões

*** X X X ***

Dep. Sérgio Godinho

Dep. Ana Paula Lima

Dep. Francisco de Assis

Dep. Celestino Secco

Dep. Clésio Salvaro

Dep. Francisco de Assis

Queria aceitar, eminente Presidente, as expressões, sempre renovadas, do meu melhor apreço e de subida consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Jorge Mussi

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/05

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/006.2/2005

Modifica o prazo para o pagamento das custas judiciais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O *caput* do artigo 24 da Lei Complementar nº 156, de 15 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei, quando da distribuição da petição inicial, de petição avulsa ou de requerimento às serventias extrajudiciais, deverá a parte ou o interessado comprovar o recolhimento do total das custas e despesas judiciais, dos emolumentos e dos valores devidos ao Fundo de Reparçamento da Justiça, se a eles sujeito a ação ou ato."

Art. 2º Fica o Tribunal de Justiça autorizado a repassar à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, nos anos de 2005 e 2006, 18% (dezoito por cento) do montante das custas judiciais iniciais relativas às ações protocoladas a partir da vigência desta Lei Complementar, até o limite anual de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

§ 1º O valor repassado será excluído da base de cálculo dos demais repasses previstos em lei e destinar-se á exclusivamente para o pagamento dos honorários devidos a advogados nomeados defensores dativos.

§ 2º A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, prestará contas ao Tribunal de Justiça, observando-se as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º Fica revogado o § 1º do artigo 24 da Lei Complementar nº 156, de 15 de maio de 1997.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objeto alterar a sistemática de cobrança das judiciais. Atualmente, o pagamento das custas se dá apenas parcialmente ao início do processo, realizando-se apenas ao final deste a quitação do restante. Na vigência dessa sistemática vem-se verificando que elevados montantes deixam de ser recolhidos após a conclusão do processo, tendo por outro lado sua cobrança inviabilizada por representarem, individualmente, dívidas de pequena monta.

O que se pretende é, pela simples mudança do momento em que se deva dar o pagamento das custas, assegurar a arrecadação de tais verbas, com o que, segundo os estudos e estimativas realizados, pode-se alcançar um acréscimo de receita na ordem de R\$ 5.000.000,00 a R\$ 6.000.000,00.

Prevê, assim, o projeto, o pagamento integral das custas processuais quando do ajuizamento da ação, desse modo eliminando o foco de evasão identificado, proporcionado pelas dificuldades na arrecadação das custas finais devidas segundo a legislação em vigor.

Importa observar, em suporte à proposição, que essa é a sistemática vigente em quase todos os Estados da Federação, e encontra-se em perfeita consonância com as disposições do art. 19 do Código de Processo Civil, que preceitua que "salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até sentença final".

Pretende-se, ainda, com a aprovação da medida, destinar o acréscimo de receita por ela proporcionado à remuneração da Defensoria Dativa, devida nos termos da Lei Complementar nº 155, de 15 de abril de 1997. Faz-se isso, não obstante não seja essa dívida da responsabilidade do Poder Judiciário, com o fim de contribuir para o alívio das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Poder Executivo estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 041/05

Declara de Utilidade Pública a Sociedade Hospitalar Comunitária Padre Clemente Kampmann.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Hospitalar Comunitária Padre Clemente Kampmann, com sede no Município de Monte Castelo e foro na Comarca de Itaiópolis.

Art. 2º À referida entidade, de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Francisco Küster

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/05

JUSTIFICATIVA

De acordo com o art. 176 e seguintes do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Comunitária Padre Clemente Kampmann, com sede no Município de Monte Castelo e foro na Comarca de Itaiópolis.

A referida sociedade é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 29 de novembro de 1981, e tem por escopo promover a defesa da Saúde e Assistência médico/hospitalar, conforme estabelece o seu Art. 1º do Estatuto Social.

A entidade ao longo de sua existência vem prestando relevantes serviços à população Montecastelense no setor da saúde. Nos últimos doze meses foram realizados 3.374 atendimentos, dentre eles consultas eletivas, cirurgias ambulatoriais, consultas urgência/emergência, internações psiquiátricas, encaminhamento e transporte para alta complexidade entre outros.

Para o desenvolvimento e continuidade dessas atividades em benefício da população do Município de Monte Castelo e para a criação de novos empregos, é necessário que a Sociedade Hospitalar Comunitária Padre Clemente Kampmann, seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/05

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência

Ofício n. 000076/05-GP

Ref.: Encaminha Projeto de Lei

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2005.

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO GARCIA**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e a seus dignos pares o incluso Projeto de Lei que modifica o prazo previsto atualmente para o pagamento das custas judiciais.

Estas hoje são pagas pela metade ao início do processo e o restante ao final. O projeto cuida de que tal pagamento seja integral no início, como ocorre na maioria dos Estados, com vistas a evitar o auto índice de evasão verificado no pagamento das custas finais. Prevê-se, ainda, que os valores cuja cobrança seja dessa forma assegurada, e que antes se perderiam, sejam destinados, em 2005 e 2006, ao pagamento da defensoria dativa.